
***Serra da
Mangabeira S.A.***
***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Serra da Mangabeira S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Serra da Mangabeira S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia



Serra da Mangabeira S.A.

de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 28 de março de 2025

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SC000160/F-5

Leandro Sidney Camilo da Costa
Contador CRC 1SP236051/O-7

Serra da Mangabeira S.A.

Balancos patrimoniais para o exercício findo em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	2024	2023		Nota explicativa	2024	2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	23.852	9	Fornecedores	10	7.812	7.617
Contas a receber	7	57	470	Financiamentos	12	21.331	2.118
Tributos a recuperar		-	61	Imposto de renda e contribuição social		2	16
Partes relacionadas	12	3.918	-	Partes relacionadas	11	1.415	863
Outros ativos		8	62	Tributos a recolher		1.047	553
Total do ativo circulante		27.835	602	Dividendos a pagar		5.500	-
Não circulante				Total do passivo circulante		37.107	11.167
Aplicação financeira restrita	8	5.240	4.666	Não circulante			
Imobilizado	9	419.657	402.023	Financiamentos	12	173.440	180.983
Total do ativo não circulante		424.897	406.689	Provisão para remoção de imobilizado	10	3.372	1.313
				Imposto de renda e contribuição social		630	31
				Outros passivos	13	5.761	-
				Total do passivo não circulante		183.203	182.327
				Total do passivo		220.310	193.494
				Patrimônio líquido			
				Capital social	14	249.164	186.136
				Prejuízos acumulados		(16.742)	(13.983)
				Total do patrimônio líquido		232.422	172.153
				Adiantamento para futuro aumento de capital	14	-	41.644
				Total do patrimônio líquido e AFAC		232.422	213.797
Total do ativo		452.732	407.291	Total do Passivo e Patrimônio líquido		452.732	407.291

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serra da Mangabeira S.A.

Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receita operacional líquida	15	<u>35.275</u>	<u>469</u>
Custos			
Custo do fornecimento de energia elétrica	16	<u>(22.908)</u>	<u>(6.132)</u>
Lucro (Prejuízo) bruto		<u>12.367</u>	<u>(5.663)</u>
(Despesas) Receitas operacionais			
Gerais e administrativas	16	<u>(6.673)</u>	<u>(2.630)</u>
Outras (despesas) receitas		<u>(182)</u>	<u>(1)</u>
		<u>(6.855)</u>	<u>(2.631)</u>
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro		<u>5.512</u>	<u>(8.294)</u>
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	17	<u>1.479</u>	<u>1.867</u>
Despesas financeiras	17	<u>(8.273)</u>	<u>(1.529)</u>
		<u>(6.794)</u>	<u>338</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		<u>(1.282)</u>	<u>(7.956)</u>
Imposto de renda e contribuição social	18	<u>(1.477)</u>	<u>(628)</u>
Prejuízo do exercício		<u>(2.759)</u>	<u>(8.584)</u>
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações (R\$)		<u>(0,0123)</u>	<u>(0,0461)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serra da Mangabeira S.A.

Demonstração do resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Prejuízo do exercício	<u>(2.759)</u>	<u>(8.584)</u>
Outros componentes do resultado abrangente, líquido de impostos	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(2.759)</u>	<u>(8.584)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serra da Mangabeira S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital Social	Prejuízos acumulados	Total de Patrimônio Líquido	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total do patrimônio líquido e AFAC
Saldo em 01 de janeiro de 2023		161.615	(5.399)	156.216	-	156.216
Prejuízo do exercício		-	(8.584)	(8.584)	-	(8.584)
Aumento de capital		24.521	-	24.521	-	24.521
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-	41.644	41.644
Outras movimentações em prejuízos acumulados		-	1	1	-	1
Saldo em 31 de dezembro de 2023		186.136	(13.982)	172.154	41.644	213.798
Prejuízo do exercício		-	(2.759)	(2.759)	-	(2.759)
Aumento de capital	14	72.028	-	72.028	(41.644)	30.384
Redução de capital	14	(9.000)	-	(9.000)	-	(9.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		249.164	(16.742)	232.422	-	232.422

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serra da Mangabeira S.A.Demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(1.282)	(7.956)
		<u>(1.282)</u>	<u>(7.956)</u>
Ajustes para reconciliar o lucro antes dos tributos:			
Rendimento sobre aplicação financeira restrita	8	(500)	(519)
Atualização monetária da provisão para remoção de imobilizado		2.059	-
Depreciação e amortização	9	11.227	-
Encargos financeiros de financiamentos e empréstimos	12	6.691	1.448
		<u>19.478</u>	<u>929</u>
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber		413	(470)
Partes relacionadas a receber		(3.918)	-
Tributos a recuperar		61	(61)
Movimentações de outros ativos		54	278
Dividendos a pagar		5.500	-
Fornecedores		195	4.444
Partes relacionadas à pagar		552	-
Tributos a recolher		494	342
Movimentações de outros passivos	13	5.759	(599)
		<u>9.110</u>	<u>3.934</u>
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas operações		<u>27.306</u>	<u>(3.093)</u>
Encargos pagos de financiamentos e empréstimos	12	(11.219)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos		(890)	(687)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		<u>15.197</u>	<u>(3.780)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aplicação financeira a longo prazo	8	(74)	(507)
Aquisição de bens do imobilizado	9	(24.435)	(82.711)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(24.509)</u>	<u>(83.218)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital social	14	30.384	24.521
Redução do capital social	14	(9.000)	-
Captação de empréstimos e financiamentos	12	14.377	22.309
Partes relacionadas		-	(341)
Pagamentos de financiamentos - principal	12	(2.174)	-
Aporte de capital e AFACs recebidos		-	41.644
Custos de empréstimos a apropriar	12	(432)	(1.927)
Caixa líquido proveniente (e aplicado) nas atividades de financiamento		<u>33.155</u>	<u>86.206</u>
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		<u>23.843</u>	<u>(792)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	9	801
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6	<u>23.852</u>	<u>9</u>
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		<u>23.843</u>	<u>(792)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serra da Mangabeira S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto

A Serra da Mangabeira S.A. (“Companhia” ou “Serra da Mangabeira”), constituída em 25 de novembro de 2019, é uma sociedade anônima de capital fechado de prazo indeterminado com sede e foro na cidade de Florianópolis, estado de Santa Catarina, Rodovia José Carlos Daux, 5.500, Km 5, Sala 307, 3º andar, Pavimento Jurerê A, Saco Grande, onde são realizadas apenas atividades administrativas. A Companhia possui uma filial, destinada a ser o núcleo operacional, situada no município de Uibaí, Estado da Bahia, na Fazenda Nova Olinda, s/n, Zona Rural. A Companhia tem por objeto social a geração de energia elétrica, bem como o comércio atacadista da energia e a realização de serviços de apoio administrativo e é controlada pela Statkraft Energias Renováveis S.A. (Controladora).

A Companhia foi constituída, juntamente com outras nove companhias, para viabilizar o projeto oriundo do leilão de Energia Nova do tipo A-6 de 18 de outubro de 2019, onde a Controladora sagrou-se vencedora com os projetos eólicos Ventos de Santa Eugênia e Serra de Mangabeira. Ventos de Santa Eugênia assegurou a comercialização de 75,3 MW médios e Serra da Mangabeira teve 12,1 MW médios vendidos, com prazo contratual de 20 anos e início de suprimento em 1º de janeiro de 2025, conforme as diretrizes do Ministério de Minas e Energia (MME).

Além disso, três projetos eólicos pertencentes ao Complexo de Ventos de Santa Eugênia somando 96,9MW de capacidade instalada, negociaram a totalidade de sua energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL) e obtiveram suas outorgas publicadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Nesse sentido, o Complexo Eólico Ventos de Santa Eugênia e Serra da Mangabeira é composto por 14 usinas, totalizando 518,7 MW de capacidade instalada.

A Serra da Mangabeira possui um parque eólico formado por quatorze aerogeradores com capacidade instalada de 79,8 MW. A construção foi iniciada em janeiro de 2021, sendo os recursos financeiros necessários à implementação do parque eólico supridos pela Controladora, mediante aportes de capital e recursos de terceiros captados via contratos de empréstimos com o BNB – Banco do Nordeste. No exercício de 2024 todos os aerogeradores entraram 100% em operação.

Na participação do Leilão de Energia Nova do tipo A-6, a Companhia firmou contrato de venda de energia com contrapartes do segmento de distribuição, compreendendo um total de 5,8 MW médios comercializados no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) e com suprimento abrangendo o período de 2025 a 2044. Durante sua fase pré-operacional, a Companhia reconheceu no decorrer de 2023 e 2022 energia gerada na fase de testes dos aerogeradores a qual foi liquidada pelo Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

1.1 Capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apurou capital circulante líquido negativo de R\$ 9.272 (R\$ 10.565 de capital circulante líquido negativo em 31 de dezembro de 2023), sobretudo em decorrência das parcelas circulantes de financiamentos, as quais contemplam o período de 12 meses. A Administração da Companhia entende que os aportes de capital recebidos gerarão caixa suficiente para fazer frente às suas obrigações.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Serra da Mangabeira S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 28 de março de 2025.

2.2 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda principal do ambiente econômico de operação da Companhia, sendo o real sua moeda funcional e de apresentação. Dessa forma, as informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Continuidade operacional

Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza que possa gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.5 Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber decorrentes da venda de energia elétrica no ACL – Ambiente de Contratação Livre e no mercado de curto prazo conforme mecanismo estabelecido pela CCEE. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa (“PECLD”), se aplicável.

2.6 Outros ativos circulantes

São apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

2.7 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Serra da Mangabeira S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo em separado, conforme apropriado, somente quando provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item, e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

A depreciação é calculada pelo método linear, considerando as taxas que representam o valor residual do imobilizado ao fim da autorização com base na vida útil estimada.

2.8 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

2.9 Financiamentos

Os financiamentos tomados são reconhecidos contabilmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo, líquido dos pagamentos realizados, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*). Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.10 Provisões, ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos, porém os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. As provisões são reconhecidas quando existir uma obrigação presente como resultado de um evento passado e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável.

As provisões para desmobilização de ativos, recuperação ambiental e ações judiciais (trabalhista, civil ou tributária), são reconhecidas quando:

- (i) A Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos;
- (ii) É provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- (iii) O valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira a partir do início da operação.

Serra da Mangabeira S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Statkraft Energias Renováveis S.A., com base em opinião de seus assessores jurídicos, quando necessário, e nos julgamentos da Administração.

2.11 Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. As despesas de imposto de renda e contribuição social do final do exercício compreendem os impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável aplicando-se alíquotas vigentes no final do exercício que está sendo reportado. O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por contribuinte, quando existe direito à compensação dos valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(i) Lucro presumido

Conforme facultado pela legislação fiscal vigente, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas (32% quando a receita for proveniente de prestação de serviços) e 100% das demais receitas, inclusive as financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição.

2.12 Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

2.13 Capital social

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

2.14 Lucro por ação

A Companhia calcula o lucro por ação utilizando a média ponderada de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação. O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. A Companhia não possui instrumentos com efeitos dilutivos, e, portanto, não há diferença entre o resultado básico por ação e o resultado diluído por ação.

2.15 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada em assembleia de acionistas, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório de 25% previsto no estatuto social da Companhia.

Serra da Mangabeira S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.16 Reconhecimento da receita

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela. A receita é reconhecida de acordo com a observância das seguintes etapas: (i) identificação dos direitos e compromissos do contrato com o cliente; (ii) identificação das obrigações de desempenho contratadas; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço às obrigações de desempenho; e (v) reconhecimento quando (ou na medida em que) as obrigações de desempenho são satisfeitas. Uma receita só é reconhecida quando não há incerteza significativa quanto à sua realização. A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, conseqüentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber quando a energia for efetivamente entregue ao cliente.

A Companhia reconhece a receita com suprimento e fornecimento de energia elétrica pelo valor justo da contraprestação, por meio da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais. O controle da energia elétrica é obtido a partir do momento em que a Companhia transfere a energia elétrica ao cliente. As faturas são emitidas mensalmente e são pagas, usualmente, em 30 dias a partir de sua emissão. A receita é reconhecida com base na energia vendida e com preços especificados nos termos dos contratos de suprimento e fornecimento. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores.

2.17 Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

- CPC 26 (R1) – “Apresentação das Demonstrações Contábeis”: Em janeiro de 2020, as alterações emitidas pelo IASB especificaram os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. Tais especificações determinaram que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.
- Alteração ao CPC 06(R2) - Arrendamentos: a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("sale and leaseback"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa.

Serra da Mangabeira S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Alterações ao CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7/CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação: a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("supplier finance arrangements - SFAs ") com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada.

O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024.

A Companhia avalia as alterações que tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras. Não há outras normas ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

2.18 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivos

A nova norma contábil será efetiva para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou a seguinte norma contábil na preparação destas demonstrações financeiras.

(a) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O novo pronunciamento será efetivo em substituição ao CPC 26 (R1) e introduz novos conceitos de apresentação e divulgação das demonstrações financeiras. Como principais alterações podemos destacar: (i) estrutura da demonstração do resultado; (ii) divulgação das medidas de desempenho definidas pela administração em uma única nota explicativa das demonstrações financeiras; (iii) Orientações aprimoradas dos princípios de agregação e abertura de informações que se aplicam as demonstrações financeiras e suas notas explicativas. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A norma entra em vigor em 1º de janeiro de 2027, sendo sua aplicação retrospectiva abrangendo, portanto, as informações comparativas.

A Companhia está no processo de avaliação do impacto do novo padrão com relação à estrutura da demonstração do resultado, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais em notas explicativas, incluindo análise das agregações e aberturas das informações financeiras exigidas para administração.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência da Administração e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas contábeis das demonstrações financeiras anuais. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que possuem grau elevado de julgamento e complexidade,

Serra da Mangabeira S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos, estão contempladas abaixo.

(a) Custos de desmobilização dos parques eólicos

As principais atividades a serem concluídas no processo de desmontagem são a remoção de: (i) pás; (ii) eixo; (iii) motor; (iv) seções de torre de aço; e (v) painéis elétricos e outros. Devido à falta de custos históricos de desmobilização no mercado (o segmento eólico no Brasil é bastante novo), bem como da própria empresa, foi necessário considerar os custos dos serviços de instalação para avaliar o custo do desmantelamento de usinas eólicas. Para o custo de montagem de um parque eólico foi considerado o custo de mobilização de guindaste e mão de obra, além do custo diário para executar o serviço. O valor de reconhecimento foi baseado no custo de desmobilização apurado por aerogerador, descontado pela taxa do custo médio de capital atribuída a Companhia e submetido ao percentual de conclusão do andamento físico das obras para o referido exercício.

A provisão de desmobilização está vinculada com o contrato de arrendamento de terras vigente para Companhia, o qual está condicionado a pagamento variável vinculado a receita e, portanto, não possui ativo e passivo de arrendamento constituído, conforme previsto no CPC 06.

(b) Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

Estas estimativas são mensuradas com base em avaliação e qualificação dos riscos com probabilidade de perda provável. Estas avaliações são suportadas pelo julgamento dos seus assessores jurídicos e da administração, considerando as jurisprudências e o histórico de eventuais acordos e decisões, bem como outros aspectos aplicáveis.

(c) Vida útil do imobilizado

A Companhia estima a vida útil do ativo imobilizado com base na avaliação técnica, utilizando as taxas de depreciação de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), limitado ao prazo de autorização da usina. Caso haja alteração no cenário regulatório ou à medida que fatos novos relacionados ao tema ocorram, referidas taxas poderão ser revistas, para refletir a adequada vida útil econômica dos bens integrantes do ativo imobilizado.

Anualmente, a Companhia avalia se há indícios de mudança da vida útil técnica esperada para os grupos de ativos, e a cada três anos é formalizado um novo estudo técnico, independentemente da existência de evidências de mudança da expectativa adotada de vida útil.

4 Gestão de riscos financeiros

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia expõem a mesma à diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo Statkraft, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, bem como pelas políticas de tesouraria da SKER, sua controladora. A Tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

O quadro a seguir sumaria a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros

Serra da Mangabeira S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

e como a Companhia administra sua exposição.

<u>Risco</u>	<u>Exposição</u>	<u>Metodologia utilizada para mensuração do impacto</u>	<u>Mensuração</u>
Risco de mercado - taxa de juros	Ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira	Análise de sensibilidade	Swaps de taxa de juros
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, instrumentos financeiros derivativos, investimentos em instrumentos de dívida e ativos de contratos	Análise de vencimento e Avaliação de crédito	Diversificação das instituições financeiras Monitoramento dos limites de crédito/ ratings Orientação de investimento em instrumentos de dívida Linhas de crédito disponíveis
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Provisões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis

(a) Risco de mercado

(i) Risco com taxa de juros

O risco com taxa de juros é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas ao financiamento contratado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de renegociação ou pagamento/recebimento antecipado das operações, ou mesmo contratar operações no mercado financeiro para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(ii) Risco cambial

O risco com taxa de câmbio é oriundo da exposição da Companhia em outras moedas estrangeiras em relação a possíveis perdas decorrentes caso haja desvalorização da moeda real (R\$) em relação a elas.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui passivos com partes relacionadas denominados em moeda estrangeira. A Companhia entende que este risco está mitigado para o referido exercício.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é oriundo das partes terceiras à Companhia que podem deixar de cumprir suas obrigações para com ela, principalmente em relação ao contas a receber. Contudo, a Companhia avalia continuamente o perfil de crédito e indicadores financeiros de seus clientes. Baseado nessas análises, a administração entende que o risco de crédito está mitigado.

(c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A administração da Companhia somente utiliza linhas de crédito que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características do financiamento contratado. Para determinar a capacidade financeira da Companhia

Serra da Mangabeira S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

O saldo a receber de energia é reconhecido mensalmente, conforme seu fornecimento. A Companhia e o Grupo Statkraft entendem que a própria Companhia irá operacionalmente gerar caixa suficiente para liquidar suas obrigações de curto prazo. Ademais, se necessário, a sua controladora poderá prover recursos financeiros necessários para manutenção das obrigações de curto prazo.

5 Gestão de Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das empresas para oferecer retorno aos seus acionistas e outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal, adequada para tal fim.

A relação dívida líquida / patrimônio líquido pode ser verificada conforme segue:

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Total dos financiamentos	194.771	183.101
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(23.852)	(9)
(-) Aplicação financeira restrita	(5.240)	(4.666)
Dívida líquida	<u>165.679</u>	<u>178.426</u>
Total do patrimônio líquido	<u>232.422</u>	<u>172.153</u>
Índice de alavancagem financeira - %	<u>71,28%</u>	<u>103,64</u>

6 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são representados por depósitos bancários em conta movimento ou aplicações financeiras de liquidação imediata.

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Contas bancárias em moeda funcional	646	9
Aplicações financeiras com liquidez imediata	<u>23.206</u>	<u>-</u>
	<u>23.852</u>	<u>9</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósito Bancário – CDBs com rentabilidade média de 98,44% referenciada em CDI, emitidos por instituições financeiras no Brasil. Estas aplicações financeiras podem ser resgatadas a qualquer momento sem quaisquer riscos de alterações significativas em seus valores.

7 Contas a receber

O saldo de contas a receber representado pelo montante de R\$ 57 (R\$ 470 em 31 de dezembro de 2023) é composto integralmente pela venda de energia no mercado de curto prazo e não apresenta risco de perda.

Serra da Mangabeira S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Aplicação financeira restrita

Por força dos contratos de financiamentos firmados com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) para o custeio das obras, a Companhia deve manter saldos em conta corrente remunerada, ou de aplicação financeira, denominada “conta reserva”, que visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o banco. As aplicações financeiras restritas são constituídas de forma prévia, com montante equivalente a 2,27% sobre o valor desembolsado até o referido exercício e limitado a um valor fixo determinado e mantido por todo o prazo do financiamento. A rentabilidade está referenciada no CDI. As movimentações das aplicações financeiras restritas do ativo não circulante podem ser assim demonstradas:

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Saldo Inicial do exercício	4.666	3.640
Aplicação	74	507
Rendimentos líquidos de impostos	500	519
Saldo final do exercício	<u>5.240</u>	<u>4.666</u>
Apresentadas como:		
Ativo não circulante	<u>5.240</u>	<u>4.666</u>
Total	<u>5.240</u>	<u>4.666</u>

9 Imobilizado

	Taxas médias de depreciação	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3,87%	42.564	-
Máquinas e Equipamentos	3,62%	23.847	-
Linhas de transmissão	3,26%	24.756	-
Aerogeradores	3,59%	339.501	-
Outros ativos	10,05%	24	-
Imobilizado em curso	-	192	402.023
		<u>430.884</u>	<u>402.023</u>
(-) Depreciação acumulada		<u>(11.227)</u>	-
Total do imobilizado líquido		<u>419.657</u>	<u>402.023</u>

Serra da Mangabeira S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Imobilizados em curso</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Linhas de transmissão</u>	<u>Aerogeradores</u>	<u>Edificações, Obras Civas e Benfeitorias</u>	<u>Outros ativos</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	310.144	-	-	-	-	-	310.144
Adições	82.711	-	-	-	-	-	82.711
Juros capitalizados no exercício	9.168	-	-	-	-	-	9.168
Transferência	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	402.023	-	-	-	-	-	402.023
Adições	24.435	-	-	-	-	-	24.435
Juros capitalizados no exercício	4.426	-	-	-	-	-	4.426
Depreciação	-	(636)	(776)	(8.448)	(1.364)	(3)	(11.227)
Transferência	(430.692)	23.847	24.756	339.501	42.564	24	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	192	23.211	23.980	331.053	41.200	21	419.657

(a) Juros capitalizados

Os custos do financiamento diretamente relacionados com a construção da usina são capitalizados como custo do ativo e compõe parte do saldo do imobilizado em curso. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo acumulados dos juros capitalizados é de R\$ 22.404 (R\$ 17.978 em 31 de dezembro de 2023).

(b) Custo de remoção de imobilizado

Os gastos de desmobilização foram mensurados com base em estimativas são compostos a partir de informações disponíveis para o custo de desmontagem dos equipamentos e obras civis, inflacionados e descontados à taxa média de custo de capital de cada empreendimento. A provisão de desmobilização dos parques eólicos é parte do custo de imobilizado em curso, sendo constituída de acordo com o andamento da obra ao imobilizado em andamento, totalizando uma provisão para remoção no valor de R\$ 3.372 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 1.313 em 31 de dezembro de 2023).

Serra da Mangabeira S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Fornecedores

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Fornecedores de materiais e serviços	<u>7.812</u>	<u>7.617</u>
Total de fornecedores	<u>7.812</u>	<u>7.617</u>
Apresentadas como:		
Passivo circulante	7.812	7.617

11 Partes relacionadas

As operações são prestadas em condições específicas acordadas entre a Companhia e sua controladora. As transações de compra e venda de energia são baseadas em termos e condições vigentes e disponíveis para terceiros. Os serviços prestados e tomados são transacionados com base em acordos contratuais entre as partes e seguem condições comerciais normais que, eventualmente, podem representar uma variação de preços em relação ao mercado.

Os saldos patrimoniais são assim demonstrados:

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Ativo circulante		
Contas a receber		
Statkraft Comercialização de Energia	(i) <u>3.918</u>	<u>442</u>
	<u>3.918</u>	<u>442</u>
	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Passivo circulante		
Partes relacionadas		
Statkraft Energias Renováveis S.A.	(iv) 539	15
Oslo III S.A.	(ii) -	215
Statkraft AS	(iii) 738	623
Macaúbas Energética S.A.	(iv) 101	-
Statkraft Energi AS	(iii) <u>37</u>	<u>10</u>
	<u>1.415</u>	<u>863</u>

Serra da Mangabeira S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A seguir, as transações ocorridas no resultado no exercício de 31 de dezembro de 2024:

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Receita na venda de energia elétrica		
Statkraft Comercialização de Energia S.A.	32.581	-
	<u>32.581</u>	<u>-</u>
	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Custos		
Statkraft AS	(170)	-
Statkraft Energias Renovaveis S.A.	(1.659)	-
Statkraft Energi AS	(317)	-
	<u>(2.146)</u>	<u>-</u>
Despesas gerais e administrativas:		
Statkraft Energias Renovaveis S.A.	(196)	(211)
Oslo III S.A.	-	(177)
Statkraft AS	(3.706)	-
	<u>(3.902)</u>	<u>(388)</u>

- (i) Saldo a receber referente a operações de venda de energia como estratégia comercial.
- (ii) Saldo a pagar composto pelo rateio das aquisições de bens necessários para construção do parque eólico provido pela estrutura de condomínio estabelecido para as empresas do projeto Ventos de Santa Eugênia ao qual a Companhia faz parte;
- (iii) Saldo a pagar referente a custos no desenvolvimento de projetos.
- (iv) Saldos a pagar pela contratação de serviços compartilhados e serviços de O&M (operação e manutenção).

11.1 Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia não efetuou pagamento a título de remuneração aos administradores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

12. Financiamentos

Para suportar a fase de construção do projeto eólico, a Companhia celebrou contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste (BNB) no montante de R\$ 183.733. O contrato possui carência de 3 anos com juros capitalizados, prazo para pagamento de 24 anos e cláusula de desembolso. O custo médio dessa captação é de 1,1635% a.a. adicionado ao IPCA. O financiamento prevê recebimento no sistema de desembolso conforme atingimento das condições precedentes previstas em contrato e não possui covenants financeiros. O contrato de financiamento determina a apresentação de fiança bancária em favor do banco previamente ao desembolso a cada liberação de recursos do crédito e, depois que o empreendimento entrar em operação, prevê a possibilidade de a Companhia pleitear a baixa das fianças em substituição a outras garantias reais.

A movimentação do financiamento pode ser assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	152.103
Captação de financiamentos	22.309

Serra da Mangabeira S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Custos e encargos a apropriar	(1.927)
Juros capitalizados	10.616
Saldo em 31 de dezembro de 2023	183.101
Captação de financiamentos	14.377
Custos e encargos a apropriar	(432)
Pagamento principal	(2.174)
Pagamento juros	(11.219)
Custos e encargos financeiros apropriados ao resultado	6.691
Juros capitalizados	4.426
Saldo em 31 de dezembro de 2024	194.771
Apresentadas como:	
Passivo circulante	21.331
Passivo não circulante	173.440

Abaixo é apresentado o fluxo de vencimento das parcelas apresentadas no longo prazo:

Em 31 de dezembro de 2023	2026	2027	2028	2029	Após 2029	Total
Financiamento de obras - Banco do Nordeste do Brasil S.A.	4.923	5.464	5.868	6.589	150.597	173.440
Total	4.923	5.464	5.868	6.589	150.597	173.440

13 Outros passivos

O saldo de outros passivos representado pelo montante de R\$ 5.761 (zero em 31 de dezembro de 2023), é composto integralmente por saldos contratuais com fornecedores.

14 Patrimônio líquido

(b) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social, subscrito e integralizado está representado pelo montante de R\$ 249.164 (R\$ 186.136 em 31 de dezembro de 2023) e por 249.164.000 ações ordinárias nominativas (186.136.300 ações em 31 de dezembro de 2023), sem valor nominal, detidas em sua totalidade pela sua controladora Statkraft Energias Renováveis S.A.

(c) Adiantamento para futuro aumento de capital

No decorrer do exercício de 2023, a Companhia recebeu o total de R\$ 41.644 em forma de aporte de capital da sua controladora Statkraft Energias Renováveis S.A e integralizou o mesmo montante via conversão de adiantamento em aumento de capital social.

(d) Aumento e Redução de Capital

No decorrer de 2024, ocorreu o aumento de capital social no valor de R\$ 72.028, onde R\$ 41.644 foi integralizado via conversão de AFAC e R\$ 30.384 via caixa. Além disso, ocorreu a redução de capital, no montante de R\$ 9.000, sendo convertida em caixa para sua controladora.

Serra da Mangabeira S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Receita líquida

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Ambiente de Contratação Livre	32.581	-
Transações no mercado de curto prazo	4.030	487
PIS	(238)	(3)
COFINS	(1.098)	(15)
	<u>35.275</u>	<u>469</u>

16 Custos e despesas

(a) Custos do fornecimento de energia

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Compra de energia elétrica no mercado de curto prazo	(1.010)	-
Encargos setoriais	(5.437)	(4.275)
Salários e encargos sociais	(4)	(167)
Depreciação e amortização	(11.227)	-
Seguros fianças e comissões	(440)	(1.138)
Serviços de terceiros	(2.628)	(552)
Serviços de partes relacionadas	(2.146)	-
Outros custos	(16)	-
	<u>(22.908)</u>	<u>(6.132)</u>

(b) Despesas gerais e administrativas

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Encargos setoriais	(7)	-
Impostos e taxas	(1.646)	(558)
Materiais	(28)	(50)
Serviços de terceiros	(852)	(1.804)
Propaganda e publicidade	-	(3)
Viagens e estadias	(2)	(10)
Estudos em desenvolvimento	(180)	-
Serviços de partes relacionadas	(3.902)	(53)
Aluguel	(15)	(1)
Outros	(41)	(151)
	<u>(6.673)</u>	<u>(2.630)</u>

17 Resultado financeiro

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	1.459	1.867
Varição cambial ativa	20	-
	<u>1.479</u>	<u>1.867</u>

Serra da Mangabeira S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos	(6.691)	(1.448)
Custos na captação de financiamentos	(1.084)	-
Outras despesas financeiras	(150)	(16)
Variação cambial passiva	(326)	(50)
IOF, multas e juros sobre tributos	(22)	(15)
	<u>(8.273)</u>	<u>(1.529)</u>

18 Imposto de renda e contribuição social

Para fins de apuração a empresa optou pelo regime de lucro presumido para apuração do IRPJ e da CSLL incidentes sobre o resultado tributável. A apuração de IRPJ e CSLL pode ser assim apresentada:

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Imposto de Renda		
Base de cálculo presumido	33.105	17
Presunção do lucro tributável - %	8%	8%
IRPJ no resultado presumido	2.648	2
Outras receitas	1.459	1.866
Base de Cálculo	4.108	1.868
Alíquotas aplicáveis - %	25%	25%
Total	<u>(1.027)</u>	<u>(467)</u>
Outros efeitos em tributos	9	(9)
Dedução adicional IRPJ	24	23
IRPJ no resultado	<u>(994)</u>	<u>(453)</u>
Contribuição Social		
Base de cálculo presumido	33.105	17
Presunção do lucro tributável - %	12%	12%
CSLL no resultado presumido	3.973	2
Outras receitas	1.459	1.866
Base de Cálculo	5.432	1.868
Alíquotas aplicáveis - %	9%	9%
Total	<u>(489)</u>	<u>(168)</u>
Outros efeitos em tributos	6	(7)
CSLL no resultado	<u>(483)</u>	<u>(175)</u>

Serra da Mangabeira S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 Seguros

A controladora Statkraft Energias Renováveis S.A. contratou apólice de seguro de Riscos Operacional e Responsabilidade Civil, com coberturas determinadas por orientação de especialistas, com vigência de 31 de março de 2024 a 31 de março de 2025.

20 Instrumentos financeiros

20.1 Instrumentos financeiros por categoria

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	23.852	9
Aplicação financeira restrita	5.204	4.666
Contas a receber	57	470
	<u>29.113</u>	<u>5.145</u>
Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado		
Fornecedores	7.812	7.617
Financiamentos	194.771	183.101
	<u>202.583</u>	<u>190.718</u>

20.2 Fatores de risco financeiro

A gestão de risco é realizada pela tesouraria do Grupo Statkraft, segundo ainda as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração de sua controlada Statkraft Energias Renováveis S.A. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco global bem como para áreas específicas como risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos, e investimento de excedentes de caixa.

(a) Risco de vencimento antecipado do financiamento

Risco proveniente do descumprimento de cláusula contratual restritiva, presente no contrato de financiamento a qual, em geral, requer a manutenção das condições precedentes previstas em contrato. A Administração monitora regularmente estas condições precedentes, com o objetivo de tomar as ações necessárias para garantir que os contratos de financiamentos não tenham seu vencimento antecipado.

(b) Análise de sensibilidade

A seguir, quadro ilustrativo da análise de sensibilidade (fator de risco para mudança na taxa de juros) dos instrumentos financeiros, que descreve os efeitos sobre as variações monetárias, bem como sobre as despesas financeiras apuradas sobre o cenário projetado para 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, caso tais variações nos componentes dos riscos identificados ocorressem. Simplificações financeiras foram efetuadas no isolamento da variabilidade do fator de risco em análise. Como consequência, as estimativas apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser apurados nas próximas demonstrações financeiras. O uso de diferentes hipóteses e/ou metodologias pode gerar um efeito material sobre as estimativas apresentadas a seguir.

Fator de risco CDI	Valores expostos em 2024	Valores expostos em 2023	-50%	-25%	Cenário provável	+25%	+50%
Aplicações financeiras	23.206	-	1.410	2.115	2.820	3.524	4.229

Serra da Mangabeira S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Aplicações financeiras restritas	5.240	4.666	318	477	637	796	955
Impacto líquido	5.240	4.666	318	477	637	796	955
Taxas consideradas - % ao ano	12,150%	11,650%	6,075%	9,113%	12,150%	15,188%	18,225%
Fator de risco IPCA	Valores expostos em 2024	Valores expostos em 2023	-50%	-25%	Cenário provável	+25%	+50%
Empréstimos e financiamentos	(194.771)	(183.101)	(4.704)	(7.056)	(9.407)	(11.759)	(14.111)
Impacto líquido	(194.771)	(183.101)	(4.704)	(7.056)	(9.407)	(11.759)	(14.111)
Taxas consideradas - % ao ano	4,830%	4,620%	2,415%	3,623%	4,830%	6,038%	7,245%

Metodologia utilizada

A partir dos saldos dos valores expostos, conforme demonstrado na tabela anterior e assumindo que eles se mantenham constantes, apurou-se o diferencial de juros para cada um dos cenários projetados. Na avaliação dos valores expostos ao risco de taxa de juros, consideramos apenas os riscos para as informações financeiras, ou seja, foram isolados e excluídos os fatores de juros prefixados por não apresentarem riscos às demonstrações financeiras do exercício por conta de variações nos cenários econômicos. O cenário provável está baseado nas expectativas da Companhia, que por sua vez estão em linha com as projeções demonstradas no relatório Focus, na data de 27 de dezembro de 2024, para cada uma das variáveis indicadas. Adicionalmente, as variações positivas e negativas de 25% e 50% foram aplicadas sobre as taxas projetadas para 31 de dezembro de 2024.

21 Lucro por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a quantidade das ações do exercício.

	2024	2023
Prejuízo do exercício	(2.759)	(8.584)
Quantidade média ponderada de ações	224.545	186.136
Prejuízo por ação – básico e diluído	(0,0123)	(0,0461)

22 Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada. Os valores avaliados com risco possível de desembolso, não tem provisão contábil, sendo apenas mencionados em nota explicativa.

A Companhia mantém processos tributários em andamento cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, é de possível perda, mas não provável, no valor aproximado de R\$ 1.074 (Zero em 2023) para as quais a Administração entende não ser necessária a constituição de provisão para eventuais perdas.

23 Transações não envolvendo caixa

Durante o exercício de 2024, a Companhia realizou as seguintes atividades de investimento não envolvendo caixa, não estando, portanto, refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

Serra da Mangabeira S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

- (a) Foi reconhecido o montante de R\$ 4.426 (R\$ 10.616 em 31 de dezembro de 2023) no ativo imobilizado referente a juros capitalizados sobre os financiamentos vinculados à construção da usina, com contrapartida na rubrica de financiamentos do passivo circulante.
- (b) No decorrer de 2024, a Companhia reconheceu integralização de capital no montante de R\$ 41.644 (R\$ 24.521 em 31 de dezembro de 2023) via conversão de adiantamento em aumento de capital social.

24 Eventos subsequentes

Em 3 de fevereiro de 2025, ocorreu a Alteração da Diretoria Estatutária da Companhia. O Conselho de Administração, por unanimidade, aprovou a eleição do Sr. Thiago Maciel Tomazzoli, para o cargo de presidente.

* * *